

**PROJETO 914BRZ4021
UNESCO/PMS-FMLF**

**DOCUMENTO TÉCNICO
(PRODUTO 03)**

CLT 000099/2019 - SA-271/2019

**PAULO ORMINDO DAVID DE AZEVEDO
CONSULTOR**

Salvador, Ago/2019

Projeto 914BRZ4021 / UNESCO/PMS-FMLF

Produto 03 - Documento Técnico contendo principais objetivos e variáveis a serem contempladas pela legislação urbanística a ser proposta para a área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP), tendo como referência, entre outros aspectos, os objetivos que nortearam as delimitações propostas para a área de proteção quando do reconhecimento do Centro Histórico de Salvador como Patrimônio Mundial

Introdução

Para a inclusão do Centro Histórico de Salvador na Lista do Patrimônio Mundial, em 1985, a UNESCO se baseou em dois critérios definidos pelo órgão em 1977. Mas esses critérios foram revistos pela primeira vez em 1994 e novamente revistos em 2002 e em 2005. A antiga divisão de critérios entre bens de caráter cultural e natural foi fundida em uma só, com dez itens. Para entrar na Lista um bem deve se enquadrar em pelo menos um deles. Segundo site da UNESCO, em inglês, Salvador se enquadra em dois deles:

Critério (iv): - Salvador da Bahia é um exemplo eminente da estruturação urbana do Renascimento adaptada a um sítio colonial, tendo uma Cidade Alta, de natureza defensiva, administrativa e residencial, com vista para a Cidade Baixa, onde as atividades comerciais se desenvolvem em torno do porto. A densidade de monumentos, como em Ouro Preto (incluída na Lista do Patrimônio Mundial em 1980), a torna uma cidade colonial, por excelência, do Nordeste brasileiro.

Critério (vi): - Salvador da Bahia é um dos principais pontos de convergência das culturas indígena americana, europeia, africanas dos séculos XVI a XVIII. Seu papel histórico como fundadora da capital do Brasil associa-se, naturalmente, ao tema da exploração colonial mundial já ilustrado pela inclusão na Lista do Patrimônio Mundial de Havana Velha (1982), Angra do Heroísmo (1983), San Juan de Porto Rico (1983) e Cartagena (1984).

Integridade

Dentro dos limites do Centro Histórico de Salvador da Bahia estão localizados todos os elementos necessários para expressar seu Valor Universal Excepcional, incluindo a escarpa que a divide em cidades Alta e Baixa; o plano urbano subjacente do bairro do Pelourinho do século XVI; e a rede de ruas com fileiras de casas uniformes associadas a notáveis exemplos de arquitetura monumental religiosa, administrativa, militar e comercial que datam dos séculos XVII a XIX. O Centro Histórico da cidade, com 78,28 hectares, é de tamanho suficiente para garantir adequadamente a representação completa dos recursos e processos que traduzem sua significação patrimonial. O Centro Histórico de Salvador da Bahia não sofre os efeitos adversos do desenvolvimento e/ou do abandono. No entanto, a população da cidade grande cresceu rapidamente desde 1966 devido ao desenvolvimento industrial da região, resultando no envolvimento do Centro Histórico em três de seus lados por uma zona urbana muito densa.

Autenticidade

O Centro Histórico de Salvador da Bahia possui um alto grau de autenticidade em termos de localização e configuração, formas e projetos, materiais e significados. Na década de 1990, cerca de 1.350 propriedades foram restauradas no bairro do Pelourinho com o objetivo de desenvolver o potencial econômico da área para o turismo. Concomitantemente, o número de residentes no centro histórico diminuiu de 9.853 em 1980, para 3.235 em 2000 em um processo de despovoamento.

A preservação do nosso Centro Histórico, para permanecer na Lista do Patrimônio Mundial deve atender aos critérios que determinaram a sua inclusão. A rigor não se podia excluir a função habitacional do nosso CH, como foi feito em 1992, nem adotar políticas que não reconheçam e garantam a composição miscigenada da sua população, Critério (vi).

Refuncionalização do CAS

Mesmo antes de sua inclusão na Lista do Patrimônio Mundial, as políticas adotadas pela União e Estado no nosso CH, já provocavam a expulsão da população local e serviços. Em 1983 fiz uma comunicação à convite do CONDEPHAAT, de São Paulo, sob o título “O caso Pelourinho”, que seria incluída no ano seguinte no livro “*Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*”, organizado por Antônio Augusto Arantes, diretor do órgão, onde eu denunciava esse fenômeno (Azevedo, P., 1984, pp. 219-255). Transcrevo, a seguir, trechos dele, por sua atualidade. Já naquela época denunciava o esvaziamento funcional e populacional do Centro Antigo.

A partir do final da década de 50 começa a ocorrer um lento processo de descentralização do comércio, em função de algumas obras públicas, fundamentalmente o túnel Américo Simas e a Avenida do Contorno, que ligaram os sistemas de transporte das cidades alta, média e baixa dispensando a passagem pelo centro. A popularização do veículo individual, com a instalação da indústria automobilística no Brasil, nos últimos anos da década de 50, iria favorecer, cada vez mais, a deterioração do sistema de transporte coletivo da cidade, marginalizando os velhos terminais. O comércio começa a acompanhar os novos fluxos de tráfego e avança em direção ao Campo Grande, à Vitória e, hoje, já atinge a Graça e o Porto da Barra. O comércio de baixa renda, porque sua clientela sempre foi muito dependente do transporte coletivo, se manteve na Baixa do Sapateiro. A crise que o comércio do distrito central hoje enfrenta, é muito mais do comércio de classe média da Rua Chile, da Avenida 7 de Setembro do que, propriamente, da Baixa do Sapateiro, porque aquele comércio continua a se manter em função da clientela do transporte coletivo. Este mercado foi, por outro lado, menos afetado pelos novos sistemas de venda, como o shopping center, o hipermercado, etc.

Este processo vinha se dando de uma forma lenta, pertinaz, mas sem rupturas. A partir da década de 60 é que se produzem as grandes mudanças e se institucionaliza a descentralização. Somente para recordar: começa com a criação do CIA, Centro Industrial de Aratu, prossegue com o COPEC, Centro Petroquímico de Camaçari, com o CAB, Centro Administrativo da Bahia, e com o terminal rodoviário que atraiu e consolidou um novo polo comercial, o

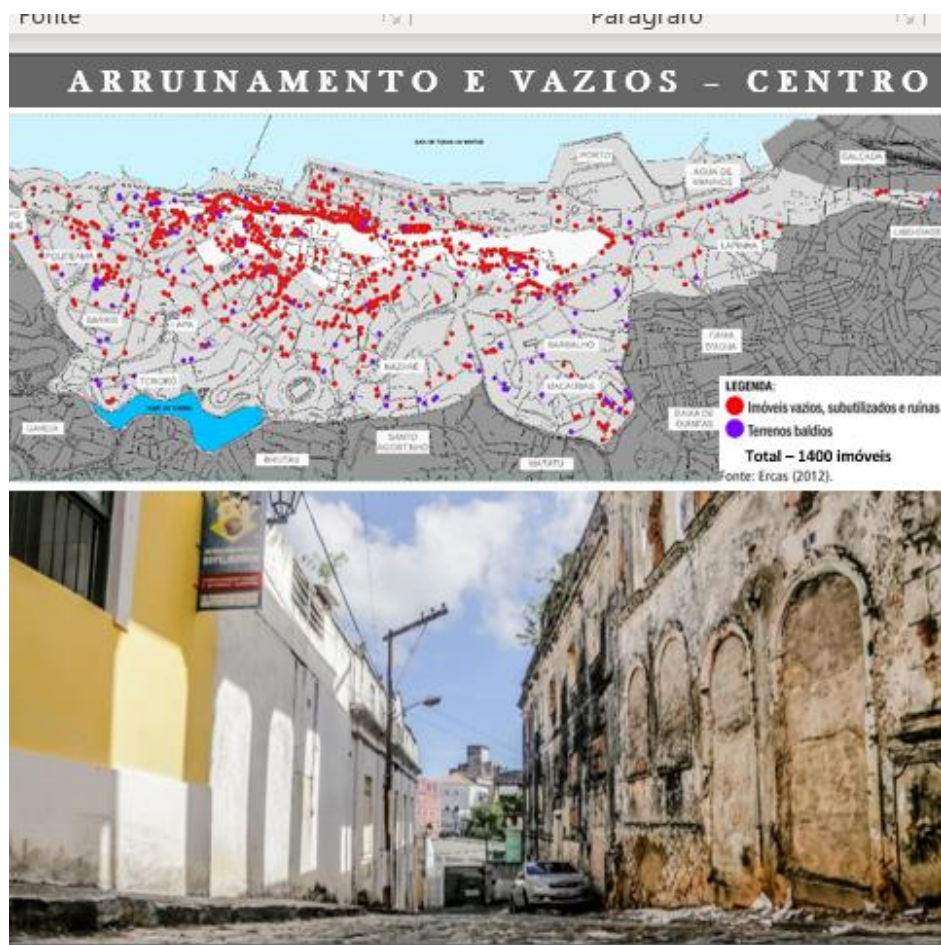
complexo do Iguatemi. Além desse problema de esvaziamento funcional, o setor central de Salvador tem mais uma peculiaridade. Ele é uma área de acesso muito complicado (...) (Azevedo, P., 1984, p. 226 e 227).

O esvaziamento funcional quase completo do Centro Antigo se deu com a reforma urbana de Salvador pelo prefeito e em seguida governador nomeado da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, que empreende a maior reforma de Salvador em toda sua história, entre 1967 e 1971. Reforma que seria ampliada em seus dois mandatos seguintes como governador, entre 1979-1983 e 1991-1994.

O Governo do Estado procurou compensar este esvaziamento com a criação do IPAC em 1967 e transformação do Pelourinho em um palco turístico, com a conversão de alguns sobrados em pousadas, banco, restaurante-escola e creches, e maquiando e pintando fachadas entre o Terreiro de Jesus e o Carmo, sem grande sucesso. A Prefeitura Municipal de Salvador se omitiu de qualquer plano ou ação na área, apesar de ser responsável pela gestão de todo o território municipal. A omissão da PMS era explicada pelo protagonismo assumido pelo IPAC desde 1967 no CHS, pela falta de expertise na área, e pela alegada falta de recursos.

O CHS se transformou num enclave federal e estadual dentro de Salvador, sem integração com a cidade. O pior aconteceria em 1992 com expulsão de 2000 famílias e proibição de habitação no CHS. Os vários PDDUs que se fizeram até 2016, não definiam a função do CHS, e a própria Prefeitura anda estudando, agora, como recuperar e gerir a área.

É impossível, hoje, restaurar a centralidade política, econômica e social do CHS perdida, mas podemos recuperá-lo como um bairro de função mista, habitacional, cultural, universitária, comercial e turística, como sempre foi, e não exclusivamente turística, como se tentou. Um bairro com serviços e uma economia própria, não dependente da sazonalidade do turismo. Sobrados sem seus andares superiores vazios e se arruinando, porque ali não se expões e vende.



Mas essa transformação requer a compra ou regularização fundiária de 1.400 imóveis em ruínas ou perclitantes, identificado pela Defesa Civil, e a desestatização dos 400 sobrados pertencentes ao Estado, além de edifícios desocupados no Comércio. Uma operação gigantesca, que requer a criação de uma empresa municipal urbanizadora. Esse é o preço de ter um Centro Histórico na Lista do Patrimônio Mundial.

Reconstruir e repovoar o CHS

Repovoar o CHS é em grande parte reconstruir seus 1400 imóveis em ruínas ou perclitantes. Mas no que se refere ao Comércio, especialmente na área dos edifícios de escritórios, é uma operação de conversão funcional e não apenas para habitação, mas também para serviços de apoio à função habitacional e turística, como escolas, postos de saúde, coworkings, hotéis etc.



Imóvel arruinado no Comércio

Para esta operação ter sucesso é necessário realizar um plano de reurbanização e habitação de todo o Centro Antigo. Um plano que não seja apenas de zoneamento funcional, mas de financiamento, compra de imóveis inteiros e venda de unidades menores. Plano que deve desenvolver metodologias de intervenção diferenciadas para a o CHS, com casas e sobrados e seu entorno compreendido no CAS, formado por edifícios maiores. Uma questão operacional importantíssima, para evitar a especulação imobiliária, é intervir adquirindo ou formando condomínios de quarteirões inteiros.

Em 1978 durante a realização do *Simpósio sobre o Barateamento da Construção Habitacional*, patrocinado pelo extinto Banco Nacional da Habitação, aqui em Salvador, apresentei uma comunicação sob o título *Recuperação do patrimônio habitacional como alternativa complementar ao problema da moradia no Brasil*. Esse trabalho seria dez anos depois reproduzido na revista *Rua*, ano I, nº 1 da FA-UFBA. Para sensibilizar técnicos em habitação, geralmente pouco afeitos a problemas culturais, tive que usar conceitos ligados à economia e a sociologia, como estoque habitacional, obsolescência física e funcional, reciclagem. Estes conceitos serão úteis a nós ao lidar com problemas da magnitude do CAS. Por essa razão reproduzo parte daquela comunicação a seguir:

A política habitacional tem sido orientada, quase exclusivamente, para a construção de novas habitações destinadas aos vários estratos da sociedade brasileira. Esta política, que é também seguida por outros países subdesenvolvidos, reflete a preocupação de seus responsáveis pela alta taxa de crescimento demográfico e de urbanização do país.

Uma análise mais cuidadosa do problema revela que os crescentes déficits habitacionais não podem ser atribuídos exclusivamente a razões demográficas e à baixa renda de grande faixa da população brasileira. Dentre outros fatores que contribuem para o aumento deste déficit figura a obsolescência progressiva das habitações, o que redundará na diminuição gradativa do estoque habitacional. Este aspecto do problema parece totalmente esquecido pelas autoridades responsáveis pela política habitacional.

Além da perda por deterioração, são destruídos anualmente muitos edifícios relativamente novos, que poderiam ter uma utilização social por cinquenta ou mais anos, para em seu local surgirem edifícios mais altos, por mecanismos puramente especulativos. É uma contradição e representa um enorme ônus social para um país tão deficitário de habitações, que se derrubem edifícios de dez e até quinze pavimentos, construídos há apenas vinte ou trinta anos, para em seu lugar se construir novos edifícios com o dobro do número de pavimentos. Este fato vem ocorrendo, cada dia com maior frequência, nos bairros mais valorizados das grandes cidades brasileiras e, o que é pior, na maioria dos casos com o suporte do Sistema Financeiro da Habitação. Este é, aliás, vício estrutural da economia capitalista. Em muitos países do chamado primeiro mundo, em especial nos EEUU, tem-se realizado enormes operações

de renovação urbana com a destruição massiva de slums e construção de blocos de apartamentos e escritórios. A política do Federal Bulldozer responde, na verdade, a enormes interesses econômicos, mais que sociais.

Esta política já vem sendo, porém, revista em muitos países europeus, como à Inglaterra e a Itália, onde são maiores as conquistas sociais, considerando que é mais barato recuperar unidades obsoletas do que destruí-las e ter que substituí-las.

Neste ponto, é conveniente tornar claro o sentido de alguns conceitos aqui utilizados. O edifício de habitação, como qualquer outro bem produzido pelo homem, é feito em resposta a uma necessidade. Para que o bem responda a esta necessidade deve possuir requisitos capazes de preencher um conjunto de funções. A obsolescência habitacional se caracteriza pela não correspondência entre a necessidade e a resposta oferecida pela moradia. A obsolescência resulta, em última instância, das transformações que sofre o edifício e a sociedade no tempo. Pode-se assim distinguir dois tipos de obsolescência:

1 - Obsolescência física – que resulta das transformações que sofre o edifício em decorrência de causas naturais de ação lenta (acomodações do solo, fadiga dos materiais, agentes meteorológicos e biológicos) ou violenta (aluviões, tremores de terra, incêndios, etc) e da ação humana (depredações, uso intensivo, etc).

2 - Obsolescência funcional – que decorre das transformações por que passa em particular a família, como resultado das contínuas mudanças da sociedade.

A obsolescência como efeito de um processo de transformação pode assumir diversos graus. Torna-se, conseqüentemente, importante determinar o grau de obsolescência das moradias que constituem o estoque habitacional de uma determinada cidade, se quisermos intervir no processo. O método utilizado para verificar o grau de obsolescência de uma habitação dada é compará-la com dois modelos de referência: um físico e outro funcional, constituído pelo conjunto de requisitos necessários a uma vida decente (2).

O grau de obsolescência funcional dos imóveis do CHS é altíssimo. A prova disto foi o observado na 7ª Etapa do Projeto Pelourinho, quando os policiais

militares contemplados com apartamentos naquele local preferiram alugá-los a usá-los para pessoas de menor renda e exigências. Estas questões podem ser amenizadas com o remembramento de dois ou mais sobrados para formação de pátios grande de iluminação e aeração, para melhoria dos dormitórios e criação de *play grounds* e salões de festas, nos térreos. Adverti isto à equipe da FA-UFBA que está elaborando as normas de intervenção física no CHS por solicitação do IPHAN.

No Produto 01 desse contrato de consultoria com a FMLF/UNESCO estimamos que nos imóveis em ruínas e periclitantes do CHS e imóveis pertencentes ao estado poderiam ser criados cerca de 10.800 apartamentos. Universo que poderá chegar a 14.478 unidades se ocuparmos os andares superiores dos 613 imóveis que foram recuperados durante a década de 1990 e que permanecem vazios. Teríamos também 1.800 lojas de apoio à habitação e ao turismo, podendo se criar cerca de 7.200 empregos.

Os 2.900 moradores vulneráveis, que viviam em 2010 no CHS, e devem continuar vivendo, representam apenas 6,67% dos 43.434 possíveis moradores dos 14.478 apartamentos (a 3 hab./imóvel) e podem ser facilmente absorvidos dentro de um projeto habitacional dessa amplitude, especialmente se adotamos como *modus operandi* a autoconstrução.

Essa oferta de habitações possibilita recriar no bairro uma comunidade social bem diversificada, além dos atuais ocupantes, especialmente constituída por uma população jovem e de idosos, sem filhos ou com eles já criados, muito interessada em eventos culturais e menos dependentes do carro privado.

Segundo a coordenação da FMLF, que está elaborando um projeto para o Comércio, deverão ser criadas mil habitações no bairro, sendo que 220 delas estariam destinados a funcionários públicos, com uma expectativa que 700 deles estarão morando no Comércio dentro de dois anos. Supõe-se que essas habitações serão criadas em edifícios de escritórios que estão desocupados. Esta perspectiva parece bem realista, porque a PMS está planejando criar ali seu Centro Administrativo Municipal, com as seguintes repartições: SECIS, SECULT, SEINFRA, SEDUR, FMLF.

Sobre a proposta de reconstrução de ruínas e reabilitação de caixas de sobrados vazias em regime de autoconstrução há mais detalhes no Produto 01 deste contrato. Naturalmente para que isso seja alcançado deve prestada assistência técnica com base na Lei nº 11.888/08, elaborado um manual de autoconstrução mostrando algumas soluções possíveis e detalhes de portas, janelas e grades como foi feito no Projeto Saara, no Rio de Janeiro, e negociada com a Caixa Econômica Federal uma linha de financiamento acessível a essas pessoas.



O belo frontispício de Salvador inacessível ao público e aos turistas

Glamorização do CHS

O CHS, com seus museus, ateliês de arte, estúdios de música, dança e capoeira, bistrôs e bares instalados no seu casario histórico, pode ser um bolsão cultural e boêmio dentro de uma cidade moderna, como o Bairro Gótico, Montmartre e Georgetown, respectivamente em Barcelona, Paris e Washington. É fundamental a manutenção dos moradores tradicionais do bairro responsáveis pelas manifestações culturais imateriais do bairro e cantadas por Jorge Amado e outros escritores. Sem eles, o CHS será apenas um cenário sem vida.

Para isso, devemos criar uma política de estímulo à economia criativa do bairro, à museus dinâmicos e a realização de concertos de música clássica e popular em igrejas, como ocorre em Roma e Praga. Temos que cobrar das

congregações de igrejas restauradas com recursos públicos uma contrapartida cultural e social.

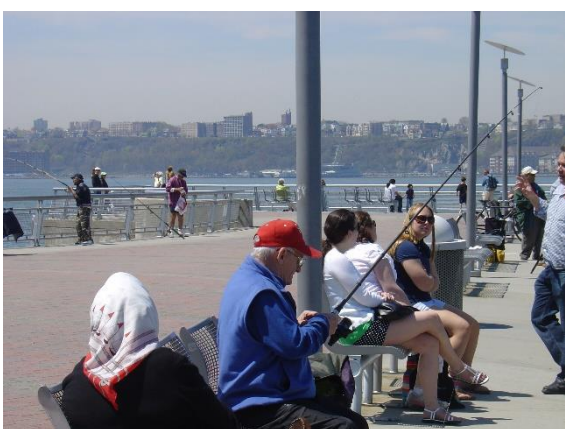
A grande mola para a valorização do CHS é remover as barreiras que impedem sua abertura direta para a Bahia de Todos os Santos. Há também no CHS grandes cineteatros abandonados, como o Excelsior, Pax e Jandaia que podem voltar a funcionar ou convertidos em casas de shows e até minicentros de convenções utilizando os serviços de apoio existentes na vizinhança, como restaurantes, bancos e agências de viagem. Precisamos também viabilizar a proposta que fiz de um funicular ligando o Quebra-mar Sul ao Forte de São Marcelo, que pode atrair milhares de turista para ver o frontispício de Salgado do mar, como a ilha da Liberdade atrai para ver Nova York.



Porto Madero - B. Aires



Belém do Pará



Nova York – Pier no Rio Hudson



Nova York - Programação cultural do porto

Não se pode, por outro lado, permitir que, sob o argumento de facilitar a mobilidade, se construa um monotrilho com estações a cinco metros de altura, como está sendo anunciado pelo Estado, ao longo da Avenida da França com um impacto urbano e visual tremendo.

Finalmente, precisamos divulgar o CHS, nacional e internacionalmente, na TV e em outdoors. Não temos um guia de Salvador nos quiosques de jornal, nem um mapa da cidade, com as linhas de transporte e atrativos. Qualquer cidade que se preza pública e distribui gratuitamente nos hotéis boletins semanais com a programação cultural da cidade. Em Salvador não há nada.



Monotrilho no Oriente Médio em área desocupada

Requalificação do CAS

A falta de um efetivo planejamento, e não apenas a regulação do mercado imobiliário, é responsável pelo abandono do CHS. Quando não se dá nenhuma compensação aos proprietários de imóveis do CHS que não podem ser acrescidos de 1m² de área construída e se permite construir em praticamente toda a cidade quatro vezes a área do terreno, CAM = 4, o CHS não consegue atrair nenhum investimento privado, salvo na estreita franja em frente a Baía de Todos os Santos. A transferência do direito de construir, mecanismos utilizados em muitos países para permitir requalificar seus centros históricos, foi no caso de Salvador desvirtuado com o Transcon, excluindo este benefício ao CHS. O Pelourinho e Carmo não possuem um só metro quadrado de potencial

construtivo a transferir e, mesmo que possuíssem ninguém poderia obrigar o proprietário a investir o que ganhou no imóvel. A Operação Consorciada do Centro Antigo, prevista no IPTU/2016, é muito difícil de ser implementada, e se efetivada iria incentivar a verticalização e mudanças sociais negando o objetivo de preservar o CAS.

A grande chance de requalificação do CAS seria sua abertura livre para a Baía de Todos os Santos. Foi a transferência dos portos para fora das grandes cidades, seguindo a revolução da logística marítima com a chegada do contêiner, que moveu a requalificação de áreas centrais de cidades como Baltimore, Nova York, Londres, Buenos Aires e Belém. Depois de uma grande luta para a Codeba permitir desativar armazéns desocupados ou arrendados para guarda de mercadorias de lojas da cidade, se permitiu a construção de um terminal marítimo de passageiros no coração do Comércio, mantendo a área fechada ao público e turistas com dupla blindagem de vidro temperado, que não permite ao acesso ao mar e sentir a brisa do marinha.

Melhor seria transformar aquela imensa cristaleira, que avança sobre o espaço público, em um centro de convenções, ao invés do Instituto do Cacau, como



Bloqueio, para nada, da BTS



Bloqueio da BTS com armazéns ociosos



Novos bloqueios com vidro temperado



Mais bloqueios com vidro temperado

anuncia o Estado, cuja modulação de seus pilares não permite nenhum grande auditório e não dispõe de uma vaga de estacionamento. O Instituto de Cacau pode ser, sim, um belo terminal marítimo, mediante a construção uma passarela para o porto.

Na mesma comunicação no CONDEPHAAT falava também da dificuldade de acessibilidade e isolamento do CHS do restante da cidade.

A Colina da Sé está separada do Comércio, o setor bancário que se situa junto ao porto, por uma falha geológica com desnível de sessenta e poucos metros, o que torna a comunicação por ali extremamente difícil.

A Ladeira da Montanha, feita no final do século passado (XIX), é praticamente a única via de ligação. Existem as ladeiras da Misericórdia e do Taboão, mas são ladeiras com “grades” (declives) muito acentuados, praticamente só para pedestres. Do outro lado, temos aquela depressão que é a Baixa dos Sapateiros, um vale de um rio canalizado, o Rio das Tripas, que separa a Sé de outros bairros como Palma, Nazaré, Saúde, etc. Mais que isso, funcionalmente, o centro é também isolado da cidade que o envolve. Muitos setores do centro histórico, como Pelourinho, Maciel, Passo e Carmo, mantiveram a função habitacional, mas foram separados de outros bairros residenciais por uma via, que desde o momento em que foi aberta, no final do século passado (XIX), tomou uma característica de rua comercial, retalhista e artesanal, a Baixa dos Sapateiros. Assim, o Centro Histórico de Salvador está

isolado não só por um acidente topográfico, como também funcional. Podemos falar, ainda, de uma outra barreira, a social, ou de preconceito. Pelourinho, Maciel e Passo são discriminados por serem bairros de gente pobre, marginais e prostitutas.

Hoje só se penetra no centro histórico através das suas duas extremidades, que são São Bento e Santo Antônio d'Além do Carmo. No meio não existe nenhum tipo de penetração... Neste momento, para vocês terem uma ideia, esse isolamento é ainda maior na medida em que os ascensores que ligam as Cidades Baixa e Alta funcionam muito precariamente. O plano inclinado levou quase dois anos parado e os elevadores ficam muitas vezes desativados durante várias semanas (Azevedo, P., 1984, p 227).

Esse isolamento das colinas da Sé e do Carmo pode ser rompido com a construção das passarelas Nazaré/Sé, Carmo/Saúde, Pelourinho/Rua do Passo e Praça Castro Alves/Sodré, que detalhamos no Produto 02 desta consultoria. A articulação do Centro Histórico e Comercio ao Metrô pode ser resolvida com o túnel-ciclovia que propus no mesmo estudo sobre mobilidade e acessibilidade ao CAS. Esse túnel facilitaria também a acessibilidade dos que usam o carro como meio de transporte com a utilização do grande estacionamento da Arena Fonte Nova, que só é utilizado durante os jogos de futebol e shows.

Sugestões de medidas a adotar

Criação de um Conselho Assessor do CAS, com representantes do IPHAN, IPAC, FMLF, FGM, Comunidade Local, CREA e CAU.

Elaboração de um plano de reurbanização e habitação do CAS, com revogação da proibição de habitar no CHS

Criação de uma empresa mista de urbanização do CAS, com capacidade para comprar, construir e vender unidades habitacionais.

Revisão do Fundo Imobiliário com a integração dos 400 imóveis pertencentes ao IPAC e CONDER e captação de recursos da outorga onerosa para financiamento das operações imobiliárias no CAS.

Execução do plano de mobilidade e acessibilidade ao CHS (túneis e Passarelas e funicular)

Criação em convenio com a Faculdade de Arquitetura da UFBA.de uma

unidade de treinamento e assessoramento aos moradores locais
para realizarem a autoconstrução



Quebra-mar Sul e Forte de S. Marcelo



Tipo de funicular para ligação do quebra-mar ao forte

Salvador, agosto de 2019.

Paulo de Azevedo

Arq. e Urb. Paulo Ormino de Azevedo

Anexo

Contestando a proposta de criação de uma arena na chamada Rocinha, analiso em artigo no jornal A Tarde, do início de 2013, alternativas de investimentos mais interessantes para a recuperação do CHS. Muitas das atuais propostas já eram sugeridas seis anos atrás.

O que o Centro Antigo precisa

Paulo Ormino de Azevedo

Depois de 50 anos de abandono e algumas intervenções equivocadas, o Centro Antigo precisa de investimentos. E é assim que se entende a reação de alguns intelectuais a novos projetos. Mas investimentos dentro de um planejamento urbano para reintegrá-lo à dinâmica da cidade. Não é verdade que a única possibilidade de recuperação de áreas degradadas seja a verticalização. Pelo contrário, a verticalização expulsa e transfere a miséria para a periferia e encostas periclitantes, com a morte da esperança e dos controles sociais.

Nesses bolsões a melhoria da acessibilidade e da cultura é fundamental. A inclusão de favelas em Medellín e Bogotá se fez com a instalação do BRTs, como o Transmilenio, integrados a teleféricos, recuperação de espaços públicos e construção de enormes bibliotecas. Pouquíssimos moradores foram deslocados, mas se expropriou o território das máfias, se ocupou os jovens com a internet e os esportes e se valorizou o patrimônio e a autoestima daquelas populações marginalizadas. A violência urbana foi reduzida para um décimo da anterior. No Rio de Janeiro se está começando a reproduzir estas experiências, com resultados já palpáveis.

Recuperar o Centro Antigo de Salvador passa pela reabilitação dos ascensores, pela construção de passarelas ligando o Pelourinho ao Desterro, o Carmo à Saúde, como propus ao IPHAN na década de 1960, e túneis com elevadores subterrâneos conectando a estação de metrô do Campo da Pólvora, à Baixa dos Sapateiros, ao Terreiro de Jesus e ao Comercio. Passa também pela instalação de escadas rolantes ligando a Preguiça e a Av do

Contorno ao mirante da Praça Castro Alves. Obras que devem ser complementadas pela criação de um centro cultural dinâmico no Pelourinho, aproveitando construções abandonadas, como os cines Jandaia, Excelsior e Pax, este com um estacionamento vizinho subutilizado, e dar um uso cultural ao Solar do Saldanha e não apenas burocrático. A Caixa Econômica ou o Banco do Brasil bancariam este projeto prazerosamente.

Construir uma arena-de-bolso no alto da Ladeira da Montanha, a um custo equivalente a 500 casas populares, num dos maiores gargalos da cidade, ameaçando ensurdecer e quebrar as vidraças dos vizinhos, quando temos três arenas subutilizadas e um Parque de Exposições, que é o único espaço capaz de receber os festivais carnavalescos baianos, é um desperdício. No mesmo Centro Antigo há projetos mais interessantes e menos custosos esperando financiamento, como a remodelação de três largos e um palco retrátil no Pelourinho capaz de eliminar os mafuás que se armam todo fim de ano e carnaval naquela praça. Fica a pergunta chave, quem irá bancar e administrar a nova arena? A Secretaria de Turismo, que não tem nenhuma tradição neste campo?

Nos últimos 40 anos a cidade foi governada pela “política do concreto”, ditada pelas empreiteiras e indústria imobiliária. Nenhuma obra urbana importante foi realizada, apenas viadutos que ligam um congestionamento a outro. São obras de baixíssimo nível técnico. Não há um só viaduto alinhado com a pista de acesso ou com concordâncias verticais e superelevações corretas. Há inclusive um túnel que não coincide com o viaduto de acesso. A julgar pelas maquetes exibidas pela Setur, a nova arena descoberta supera tudo em termos de impropriedade urbanística, arquitetônica, paisagística e teatral. Quem conseguirá sentar-se naquela placa de concreto voltada para o poente e calcinada durante todo o dia? Qual a companhia lírica ou sinfônica de respeito irá programar espetáculos em uma arena descoberta, numa cidade que não tem estações fixas. Não estamos em Roma ou em Atenas. Este é mais um elefante branco que se pretende criar na cidade na onda da Copa, zombando da inteligência de seus cidadãos.

Apesar de ter levado a cidade ao fundo do poço, João Henrique provocou uma reação positiva. A cidadania não aceita mais engolir sapos. Nunca se discutiu

tanto a cidade nas associações profissionais e de bairros, nos movimentos urbanos, na mídia escrita e falada e em especial nas redes sociais. A Arena Castro Alves é a bola da vez. Queremos investimentos como os sugeridos, mas sem impactos negativos e integrados ao planejamento urbano.

SSA: A Tarde, 03/02/2013